

**Ata da Décima Quinta Reunião da Câmara
Estadual de Compensação Ambiental da
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
(CECA/SDS).**

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, na Sala de Treinamento do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), com início às nove horas e término às doze horas, realizou-se a Décima Quinta Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA/SDS). A reunião teve como pauta única a conclusão da discussão sobre a minuta do Decreto Estadual que regulamentará os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), quanto à obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental, e cria a Câmara e Comitê Técnico Estadual de Compensação Ambiental por ato do Poder Executivo. A versão final será debatida no Workshop sobre Compensações Ambientais no Brasil, a ser realizado nos dias 25 e 26 de outubro do corrente ano. Após as discussões, que alteraram o conteúdo da proposta, anexo a esta ata consta a versão corrigida pelo Colegiado. Foi deliberado que após os resultados da submissão da proposta de minuta na plenária do Workshop sobre Compensações Ambientais no Brasil, haverá nova reunião para apreciação das sugestões e finalização do texto, para posterior encaminhamento a Procuradoria Geral do Estado (PGE). Eu, João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário da Reunião, após aprovada lavrei e assinei a presente ATA, que incorpora, como anexo, a lista com as respectivas assinaturas dos membros do colegiado da CECA presentes na reunião.


João Rodrigo Leitão dos Reis
Secretário da Reunião



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

15ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CECA**Data:** 21/09/2012; **Horário:** 09:00 às 12h00; **Local:** Sala de Treinamento do IPAAM.**LISTA DE PRESENÇA****1 – GABINETE DA SDS**

N.	Técnico	Assinatura
01	Nádia Cristina d'Ávila Ferreira	
02	Kamila Botelho do Amaral	

2 - CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CEUC/SDS:

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	Kátia Helena S. C. Schweickardt	T	
02	Francisco Pinto dos Santos	S	
03	Christina Fischer	S	<i>Christina Fischer</i>

3 – INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM:

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	Maria Gorete Mello da Silva	T	<i>[Assinatura]</i>
02	A designar.	S	
03	Sérgio Martins D'Oliveira	T	
04	Gerson Oliveira da Silva	S	
05	Fábio Rodrigues Marques	T	<i>[Assinatura]</i>
06	Marcelo Augusto dos S. Pinheiro	S	

4 – SEC. EX. ADJ. DE COMPENSAÇÕES E SERVIÇOS AMBIENTAIS – SEACA

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	José Adailton Alves	T	
02	Assunção Pereira de Oliveira	S	
03	João Rodrigo Leitão dos Reis	T	
04	A designar.	S	

M. = Membros.

T. = Titular.

S. = Suplente.

5 – PARTICIPANTES:

N.	Nome	Instituição	Assinatura	Fone	E-mail
01	<i>Mayara Viçari</i>	<i>IPAM</i>	<i>[Assinatura]</i>	<i>2123-6757</i>	<i>vidalmayara@gmail.com</i>
02	<i>José Carlos Monteiro de Sá</i>	<i>IPAM</i>	<i>[Assinatura]</i>	<i>2123-6771</i>	<i>zecaense@gmail.com</i>
03					
04					
05					



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

MINUTA
(Resultados da 15ª Reunião da CECA)

DECRETO Nº XXX, DE XX DE XXXX DE 2012

Regulamenta os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, quanto a obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental; cria a Câmara Estadual de Compensação Ambiental por ato do Poder Legislativo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, VIII da Constituição Estadual.

CONSIDERANDO que o Princípio do Poluidor/Usuário-Pagador, estabelecido no art. 225 da Constituição Federal e no art. 14, da Lei Federal nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, impõe ao degradador a obrigação de indenizar os danos causados e ao usuário a obrigação de compensar a utilização dos recursos ambientais com fins econômicos;

CONSIDERANDO que a regularidade do licenciamento ambiental de estabelecimentos ou atividades considerados efetiva ou potencialmente degradadores/poluidores do ambiente dependem do pagamento de medidas de compensação ambiental.

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 36 da Lei nº 9.985, de 15 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza - SNUC, e os arts. 53 e 54 da Lei Complementar nº 53/2007, de 05 de junho de 2007, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC;

CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 31 ao 34 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, a Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006, e o Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009, que dispõem sobre os procedimentos para a compensação ambiental;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Estadual nº. 3785, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o licenciamento ambiental no Estado do Amazonas, revoga a Lei nº. 3219, de 28 de setembro de 2007, e da outras providências;

CONSIDERANDO o que dispõe a Constituição do Estado do Amazonas, data...

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, para efeito da fixação, cálculo, cobrança, destinação, repartição, aplicação,



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

revisão de valores e gestão dos recursos oriundos da obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental, **assim considerado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**, assim como, cria a Câmara Estadual de Compensação Ambiental por ato do Poder Legislativo.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A Compensação Ambiental no Estado do Amazonas, possui como diretrizes os seguintes princípios:

I – Princípio da Prevenção (ou Precaução) (art. 225, IV, e art. 9.º ,I, V, da Lei n.º 6.938/81) – Busca-se prevenir a ocorrência do dano ambiental. De que forma? Utilizando instrumentos como EIA/Rima (Estudos de Impactos Ambientais/ Relatório de Impacto no Meio Ambiente) para obras e atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.

Devolver para Dr. Marcelo analisar....

II - Princípio da Proibição do Retrocesso Ambiental: Princípio Geral do Direito Ambiental, a ser invocado na avaliação da legitimidade de iniciativas legislativas destinadas a reduzir o patamar de tutela legal do meio ambiente mormente daquilo que afete em particular: a) processos ecológicos; b) ecossistemas frágeis ou a beira de colapso e c) espécies ameaçadas de extinção.

Devolver para Dr. Marcelo analisar....

III - Princípio do “In Dubio Pro Natura”: Decorrente do Princípio da Precaução, visa à garantia de um meio ambiente físico e psiquicamente agradável ao ser humano, impondo uma série de ações básicas pelo governo (...). Precaução é cuidado *in dubio pro securitate*. O Princípio da Precaução está ligado aos conceitos de afastamento do perigo e segurança das gerações futuras como também de sustentabilidade ambiental das atividades humanas . Esse princípio é a tradução da busca da proteção máxima da existência humana, seja pela proteção de seu ambiente como pelo asseguramento da integridade da vida humana. Utilizamos do referido princípio para evitar que no futuro diante da ocorrência do dano ambiental, fique evidente que determinada conduta deveria ter sido impedida. Ele não admite sequer negociação de riscos, ou seja, no caso de dúvidas devemos optar sempre por defender a natureza.

Devolver para Dr. Marcelo analisar....

IV – princípio do poluidor pagador: baseado na internalização dos custos ambientais gerados pelos impactos negativos não mitigáveis causados por atividades e empreendimento, devendo ser suportado pelos agentes que os originaram.

V – princípio do desenvolvimento sustentável: consistente na adoção de medidas que visem à conservação do meio ambiente, associadas aos benefícios de ordem social, econômica e ecológica que combatam a pobreza e proporcionem às futuras e às presentes gerações melhoria do padrão de qualidade de vida;



Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – **Compensação Ambiental:** é a forma de compensar os impactos ambientais não mitigáveis pela utilização dos recursos e serviços ambientais de destinação coletiva, determinando-se percentual de valor para cobrança, a partir da análise dos estudos ambientais e da determinação da magnitude do impacto ambiental;

II – **Significativo impacto ambiental:** nível de impacto decorrente da implantação de empreendimentos e de atividades consideradas efetiva ou potencialmente impactantes, que possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos aos recursos naturais;

III - **Poluição Ambiental:** a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV – **Estudos Ambientais:** São estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento apresentado como subsídio para análise da licença requerida, e exigidos no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades em função do seu efetivo ou potencial grau de impacto, elaborado por profissional habilitado;

V – **Grau de Impacto (GI):** a unidade de medida dos impactos negativos não mitigáveis, obtida pelo somatório dos pontos pertinentes aos indicadores ambientais de cada componente avaliado;

VI – **Indicadores Ambientais:** os parâmetros quantificáveis da amplitude dos impactos negativos não mitigáveis de um empreendimento, definidos em pontos percentuais, que integram os componentes considerados para o estabelecimento do grau de impacto;

VII – **Parecer de Gradação** – documento de caráter técnico, elaborado por equipe multidisciplinar, resultante da análise de estudos ambientais e teor contido no Processo de Licenciamento Ambiental, determinando, a partir da metodologia de cálculo, o percentual da Compensação Ambiental;

VIII – **Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA)** – instrumento com força de título executivo extrajudicial, assinado entre empreendedor e o **Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, com interveniência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS**, que estabelece as obrigações, valor do recurso, prazos e demais informações pertinentes, para a execução das medidas de compensação ambiental, **devendo ser assinado antes da concessão da Licença de Instalação - LI;**

IX – **Plano de Trabalho** - conjunto de atividades e ações técnicas com seu respectivo plano de aplicação, decorrentes da destinação dos recursos de compensação de cada empreendimento.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

X – Custo Total de Implantação do Empreendimento – Somatório dos investimentos inerentes à implantação do empreendimento.

XI – Projetos Estruturantes - são ações que atendam um conjunto de Unidades de Conservação diretamente ou não afetadas pelo empreendimento, assim como, promovam apoio na elaboração de planos e programas voltados a proteção e conservação ambiental nos municípios contemplados por unidades, com o objetivo de implementação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC.

Art. 4º São sujeitos ao pagamento da Compensação Ambiental de que trata este Decreto, as pessoas físicas, jurídicas, **públicas ou privadas** responsáveis por empreendimentos ou atividades enquadradas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, como efetivas ou potenciais causadoras de significativo impacto ambiental não mitigável, **com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.**

CAPÍTULO II DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 5º A compensação ambiental oriunda de atividade ou empreendimento com significativo impacto ambiental, assim definido pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, tem por objetivo a compensação dos danos ambientais não mitigáveis causados ou a serem causados, e deverão ser aplicados na implantação e implementação de Unidades de Conservação **de Proteção Integral - UCPI** federais, estaduais, municipais e privadas, existentes ou a serem criadas no território do Estado do Amazonas, com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental - EIA e/ou Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA, com respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA;

§1º - Existindo uma ou mais unidades de conservação ou zonas de amortecimento afetadas diretamente pelo empreendimento ou atividade a ser licenciada, independentemente do grupo a que pertençam, deverão estas ser beneficiadas com recursos da compensação ambiental, considerando, entre outros, os critérios de proximidade, dimensão, vulnerabilidade e infra-estrutura existente.

§2º - **inexistindo unidade de conservação ou zona de amortecimento afetada, parte dos recursos oriundos da compensação ambiental deverá ser destinada à criação, implantação ou manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral localizada preferencialmente no mesmo bioma e na mesma bacia hidrográfica do empreendimento ou atividade licenciada, considerando as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade, identificadas conforme o disposto no Decreto Federal nº 5.092, de 21 de maio de 2004, bem como as propostas apresentadas no EIA/RIMA.**

Art. 6º - As atividades prioritárias a serem consideradas na aplicação dos recursos de compensação ambiental previstas no inciso I, do artigo anterior, são:

I. Regularização fundiária e demarcação das unidades de conservação;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

- II. Elaboração, revisão, **implantação e implementação** de plano de gestão;
- III. Atividades de proteção e fiscalização das unidades de conservação;
- IV. Aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua zona de amortecimento;
- V. Desenvolvimento de estudos necessários à criação de novas unidades de conservação;
- VI. Desenvolvimento de pesquisas para a gestão da unidade de conservação e zona de amortecimento; e
- VII. Fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC;

§1º. Nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

- I - elaboração do Plano de Gestão ou nas atividades de proteção da unidade;**
- II - realização das pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;**
- III - implantação de programas de educação ambiental; e**
- IV - financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.**

§2º. É vedada aplicação de recursos de compensação ambiental para Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN e Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável - RPDS criadas após o início do processo de licenciamento do empreendimento, bem como, despesas de capital.

CAPÍTULO III

DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CECA

Art. 7º - Fica criada, na estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, a Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA, órgão de caráter deliberativo, tendo como finalidade:

- I - Estabelecer prioridades e diretrizes para aplicação da compensação ambiental;**
- II – Analisar e aprovar os Planos de Trabalho para aplicação dos recursos apresentados pelas Entidades ou Órgãos Gestores de Unidades de Conservação selecionadas;**
- III - Promover a discussão técnica e deliberar sobre o tema relativo à Compensação Ambiental;**
- IV – Analisar o relatório técnico da execução do Plano de Trabalho aprovado;**
- V – Dar publicidade aos relatórios técnicos emitidos pelos Órgãos Gestores das Unidades de Conservação relativo à aplicação dos recursos de Compensação Ambiental;**
- VI – Elaborar seu Regimento Interno.**

Art. 8º - A Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA é composta pela Presidência e 6 membros, sendo 3 membros titulares da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS e 3 membros titulares do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM e seus respectivos suplentes, nomeados por meio de Portaria da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

§1º A presidência será exercida pelo titular da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, e na sua ausência ou impedimento pelo Titular do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM;

§2º Os membros da Câmara serão indicados pelos titulares da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM e designados mediante Portaria da SDS.

§3º A Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA poderá convidar representantes de outras entidades para participar dos trabalhos com a finalidade de colaborar tecnicamente nos temas ou atividades específicas em análise pela Câmara, sem direito a voto.

§4º A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS prestará o apoio técnico administrativo e coordenará as atividades da Câmara.

§5º Na hipótese de ser afetada unidade de conservação federal ou municipal, a reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA que tratar do tema deverá assegurar a participação com direito a voz e voto do órgão gestor da unidade afetada, e o respectivo representante do Conselho deliberativo da Unidade.

~~§6º A Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA efetuará acompanhamento e monitoramento dos Processos de Compensação Ambiental dos Empreendimentos licenciados por outros entes da federação, com a finalidade de garantir que os recursos de compensação ambiental contemplem as Unidades de Conservação afetadas pelos empreendimentos independente da esfera de governo.~~

~~Sr. João Rodrigo Leitão~~

Art. 9º – Cabe ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM:

I. Elaborar o Parecer de Gradação;

II. Calcular o percentual e o valor a ser cobrado para a compensação ambiental;

III. Indicar as unidades de conservação federais, estaduais, municipais ou privadas, a serem beneficiadas pela compensação ambiental.

CAPÍTULO IV DA FIXAÇÃO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 10 - Para os fins de fixação da compensação ambiental, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM estabelecerá o grau de impacto a partir de estudo do impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, ocasião em que considerará, exclusivamente, os impactos ambientais negativos não mitigáveis sobre o meio ambiente.

§ 1º O impacto causado será levado em conta apenas uma vez no cálculo.

§ 2º O cálculo deverá conter os indicadores do impacto gerado pelo empreendimento e das características do ambiente a ser impactado.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

§ 3º Não serão incluídos no cálculo da compensação ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.

§ 4º A compensação ambiental poderá incidir sobre cada trecho, naqueles empreendimentos em que for emitida a licença de instalação por trecho.

Art. 11 - Para efeito do cálculo da compensação ambiental, os empreendedores deverão apresentar a previsão do custo total de implantação do empreendimento antes da emissão da Licença de Instalação, garantidas as formas de sigilo previstas na legislação vigente.

Art. 12 - Para o cálculo da compensação ambiental serão considerados os custos totais previstos para implantação do empreendimento e a metodologia de gradação de impacto ambiental definida pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM.

CAPÍTULO V DA COBRANÇA DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 13 - Caberá ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM efetuar a cobrança do pagamento junto ao empreendedor para concessão da Licença de Instalação - LI.

Art. 14 - A compensação ambiental deverá ser cumprida por meio de:

- I. Execução direta de serviços;
- II. Depósito de recursos financeiros em conta específica indicada pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM.

Art. 15 - Em caso de não cumprimento das obrigações e prazos acordados no Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM executará as medidas cabíveis nos termos da legislação vigente, sem prejuízo das consequências explícitas no próprio Termo de Compromisso.

~~Art. 17 - A cobrança da Compensação Ambiental também se aplica:~~

~~I - Aos empreendimentos considerados de significativo impacto ambiental não mitigáveis e que não tiveram a compensação ambiental definida na fase de licença prévia, terão a compensação ambiental estabelecida, na fase de licenciamento em que se encontrarem, posterior à instituição da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007;~~

~~II - No caso de ampliação ou modificação de empreendimento já licenciado, o cálculo da compensação ambiental terá como base o valor total relativo à sua ampliação ou modificação.~~

Dra. Mayara

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - Os empreendimentos posteriores à instituição da Lei Complementar nº 53, de 05 de junho de 2007, considerados de significativo impacto ambiental não mitigáveis e que não



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

tiveram a compensação ambiental definida na fase de licença prévia, terão a compensação ambiental estabelecida, na fase de licenciamento em que se encontrarem.

Art. 17 - No caso de ampliação ou modificação de empreendimento já licenciado, o cálculo da compensação ambiental terá como base o valor total relativo à sua ampliação ou modificação.

Dra. Mayara

Art. 18 – Os empreendimentos cuja intervenção seja motivada e caracterizada como de utilidade pública ou interesse social, o valor da compensação ambiental deverá ser multiplicado pelo fator de correção 0,5.

PAROU AQUI....

Próxima Reunião – 21-09-2012, às 09h

~~Art. 17 – A CECA deverá dar publicidade às compensações ambientais realizadas no Estado, bem como informar anualmente, a aplicação dos recursos oriundos apresentando, contendo no mínimo informações sobre o empreendimento licenciado, o percentual fixado, o valor, o prazo de aplicação da compensação, as unidades de conservação beneficiadas ou os projetos e programas de gestão ambiental realizada, e as ações nelas desenvolvidas.~~

~~Art. 17 – A CECA deverá dar publicidade às compensações ambientais realizadas no Estado, após analisar o relatório de prestação de contas dos órgãos gestores das Unidades de Conservação beneficiárias~~

~~por meio de relatório anual que deverá conter no mínimo informações sobre o empreendimento licenciado, o percentual fixado, o valor, o prazo de aplicação da compensação, as unidades de conservação beneficiadas com resumo dos projetos e programas de gestão ambiental realizados, bem como as ações nelas desenvolvidas.~~

~~Dra. Mayara~~

Art. 18 - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desse Decreto, para fazer publicar a aprovação do Regimento Interno da Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA.

Art. 19 - O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM terá o prazo de XXX (Conversar com Consultor – José Carlos) dias para estabelecer a metodologia de gradação de impacto ambiental a que se refere o art.12 do presente Decreto.

Art. 18 - Os casos omissos quanto à aplicação dos procedimentos relativos à compensação ambiental serão analisados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS e/ou Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM e encaminhados para apreciação e deliberação da Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA.

Art. 19 – Os membros da Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA, farão jus ao recebimento de Jeton, equivalente XX% do valor XXX.
(Mayara & Gorete)

Art. 20 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.